Revista Ciências & Ideias

VOLUME 12, N.1 – JANEIRO/ABRIL 2021

ESCOLA INDÍGENA, ALFABETIZAÇÃO E LÍNGUAS

INDIGENOUS SCHOOL, LITERACY AND LANGUAGES

Kachia Hedeny Téchio, [kachiatechio@gmail.com]

Juscinete Rosa Soares Wieczorkowski, [juscineteviniciush@gmail.com]

Universidade Federal de Rondônia - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências

RESUMO

A educação escolar indígena vem sendo construída por povos indígenas do país desde a promulgação da Constituição Federal (1988), que oportunizou, por meio de suas leis, o direito a uma educação diferenciada e de acordo com suas culturas tradicionais. Este artigo apresenta diálogos e reflexões referentes às escolas indígenas de Rondônia, sua língua materna e o processo de alfabetização através da escrita produzida por professores indígenas do curso superior de Educação Básica Intercultural. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com base na análise de 07 (sete) TCC's de autores indígenas do Curso de Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, que discorrem sobre a escola indígena, alfabetização, língua materna e pesquisas referentes às leis que regulamentam e norteiam a educação indígena. Os resultados revelaram que a história dos indígenas é marcada por diversas ações pedagógicas diferentes, que trazem uma visão sobre a formação da identidade cultural da criança indígena. Com a inserção de um novo modelo escolar, as etnias passaram a participar de aulas na escola formal. A maioria dos indígenas são bilíngues, existindo ainda membros que falam apenas a língua materna, uma forma de preservação da identidade cultural da etnia. Conclui-se que a educação escolar formal contribuiu, de forma geral, para a interação dos povos indígenas com diferentes culturas. Uma das maiores conquistas foi a aquisição de conhecimentos relacionados à legislação vigente, empoderando os nativos na luta por seus direitos. As considerações finais enfatizam e corroboram com inúmeros autores quanto à necessidade de respeitar a cultura indígena, assim como as demais, uma vez que cada uma tem seus valores, saberes e histórias, requisitos fundamentais na identidade de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola indígena; Legislação; Língua Materna e Processo de Alfabetização.

ABSTRACT

Indigenous school education has been built by indigenous peoples in Brazil since the promulgation of the Federal Constitution (1988), which provided, through its laws, the right to a differentiated education and under their traditional cultures. This article presents dialogues and reflections on the indigenous schools of Rondônia, their mother tongue and the literacy process through THE writing produced by indigenous teachers from the Intercultural Basic Education course. The methodology used was the bibliographic research based on the analysis of 07 (seven) TCC's of indigenous authors from the Intercultural Basic Education Course at the Federal University of Rondônia-UNIR, which discuss the indigenous school, literacy, mother tongue and research related to laws that regulate and guide indigenous education. The results revealed that the history of the indigenous people is marked by several different pedagogical actions, which bring a vision about the formation of the cultural identity of the indigenous

doi: 10.22047/2176-1477/2021.v12i1.1298

Recebido em: 30/09/2019 Aprovado em: 24/09/2020 Publicado em: 15/04/2021

child. With the insertion of a new school model, the ethnic groups started to participate in classes at the formal school. Most of the indigenous people are bilingual, and there are still members who speak only their mother tongue, a way of preserving the cultural identity of the ethnic group. It is concluded that formal school education contributed, in general, to the interaction of indigenous peoples with different cultures. One of the greatest achievements was the acquisition of knowledge related to the current legislation, empowering natives in the fight for their rights. Final considerations emphasize and corroborate with many authors about the need to respect the indigenous culture, as well as the others, since each one has its values, knowledge and history, fundamental requirements in the identity of a people.

***KEYWORDS**: Indigenous School; Legislation; Mother Tongue and Literacy Process.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a história dos povos indígenas do Brasil na região norte, em especial no estado de Rondônia, o papel da escola no espaço das aldeias indígenas, os processos de alfabetização e a língua materna de cada povo. Estudou-se também, a aprendizagem da língua portuguesa e as leis que regulamentam a educação indígena pelos indígenas. Acredita-se que conhecer o processo educacional destes povos proporcionará possibilidades de minimizar as assimetrias e respeitar um maior espaço da história indígena no âmbito da História.

A partir do contato com outras culturas, os povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias acontecem importantes processos de mudança sociocultural, as atuais gerações de jovens indígenas buscam através da preservação de sua cultura tradicional a garantia um espaço social e identitário em um mundo cada vez mais globalizado.

A aprendizagem através da rotina do cotidiano da comunidade faz parte do desafio para a preservação da cultura dos povos indígenas. O ensino é transmitido por meio das atividades desenvolvidas voltadas à manutenção da vida, como a pesca, a caça, o artesanato, a linguagem e os rituais de cunho religioso.

Após o contato com o "não índio", esses povos foram, de uma maneira ou de outra, forçados a conviver com os novos habitantes do continente, gerando incontáveis conflitos com terríveis consequências, quase sempre em desfavor do indígena. Os jesuítas foram os primeiros "professores" do "novo mundo" e tinham como missão catequizar os nativos: para isso, valeram-se do ensino da língua portuguesa, transmitindo ensinamentos específicos, negando hábitos e costumes da cultura indígena e doutrinando-os às regras do sistema capitalista e aos interesses da monarquia portuguesa (VIVEIROS, 2015).

Uma das mudanças que marcou o sistema de ensino indígena ocorreu quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a responsabilidade sobre a educação indígena para o Ministério da Educação (MEC), o qual conta atualmente com a parceria do estado para promover o ensino-aprendizagem nas escolas das aldeias indígenas do país (TUPARI, 2015).

O objetivo da análise proposta neste artigo é conhecer como têm funcionado as escolas implantadas nas comunidades indígenas, sua língua materna e metodologia utilizada no processo de alfabetização através da produção de indígenas discentes de um curso de educação superior.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com objetivo de conhecer a funcionalidade das escolas indígenas e as leis que regulamentam a sua educação, bem como a língua materna e métodos de alfabetização através da análise de 07 (sete) TCC's produzidos por discentes indígenas do curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

Esta pesquisa foi realizada com base nas ideias dos seguintes autores: Djeoromitxi

(2015), Gavião (2015), Grizzi e Silva (1981), Karitiana (2015), Nascimento (2004), Pucci (2009), Rosa e Souza (2005), Suruí (2015), Tupari (2015) e Wieczorkowski (2018), que relatam em suas obras o processo de desenvolvimento escolar, linguagem e processo de alfabetização do seu povo.

Este artigo divide-se em três subtítulos, abordando primeiramente os povos indígenas no Brasil, indígenas do estado de Rondônia, a legislação vigente, a escola indígena e a escola para indígenas, fazendo uma análise do ensino antes e após o contato do índio com o homem branco e como este processo ocorre atualmente. Em seguida, o estudo aborda o processo de alfabetização indígena, discutindo como ocorre o ensino-aprendizagem desses povos e as dificuldades e desafios por eles enfrentados ao longo dos anos na sua educação. Por fim, contextualiza-se a língua materna, conhecendo a linguagem de cada etnia citada ao longo do estudo, apontando as semelhanças e diferenças na maneira de trabalhar o ensino-aprendizagem.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Desde 1500 até a década de 1970, a população indígena brasileira diminuiu drasticamente, inclusive com a extinção de inúmeros povos. Em pleno século XXI, grande parte da população brasileira ainda desconhece a imensa diversidade dos povos indígenas que vivem no país. Estima-se que na época da chegada dos europeus ao continente, existiam mais de 1.000 povos indígenas, somando entre 2 a 4 milhões de nativos.

> Atualmente encontramos no território brasileiro 255 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes. Os povos indígenas somam, segundo o censo de 2010, 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 722 terras indígenas, de norte a sul do território nacional (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2018). Disponível em: https://pib.socioambiental.org. Acesso em: 30 jun. de 2019.

Apesar do passado de grandes desafios pela sobrevivência, a população indígena está voltando a crescer. Esse aumento populacional se deve à taxa demográfica, ao empenho em preservar a cultura tradicional e, sobretudo, ao número de pessoas que se reconhecem com a identidade indígena.

A partir do ano de 1991, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%. Um índice de grande importância nesse contexto foi o aumento da população indígena urbanizada (FUNAI, 2018).

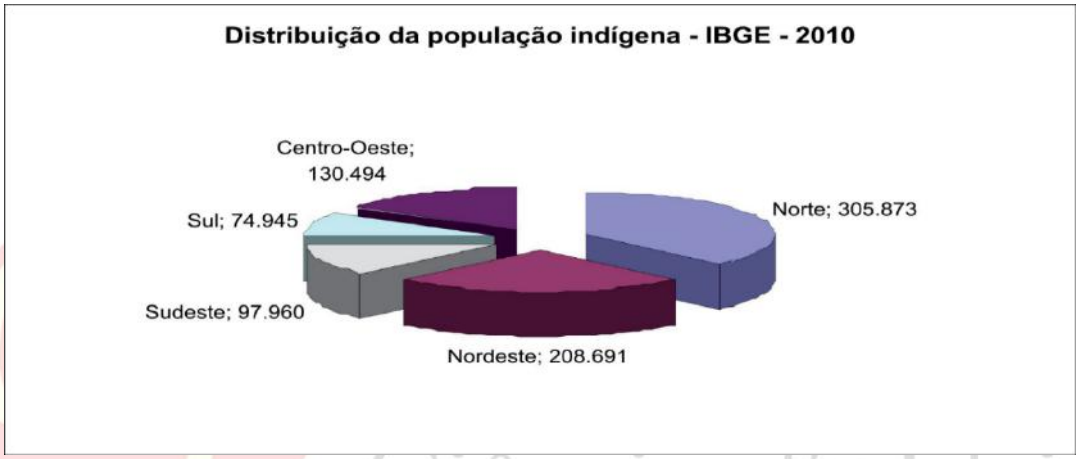
Portanto, é de fundamental importância o reconhecimento por parte da sociedade não-indígena da importância dos povos da floresta, haja vista que estes foram os primeiros a habitarem nossas terras. Assim é preciso reconhecer basicamente seis princípios essenciais:

> Nessas terras colonizadas por portugueses, onde iria a se formar um país chamado Brasil, já havia populações humanas que ocupavam territórios específicos; não sabemos exatamente de onde vieram; dizemos que são "originárias" ou "nativas" porque estavam por aqui ante da ocupação europeias; Certos grupos de pessoas que vivem atualmente no território brasileiro estão historicamente vinculados a esses primeiros povos; os índios que estão hoje no Brasil têm uma longa história, que começou a se diferenciar daquela da civilização ocidental ainda na chamada "pré-história" (com fluxos

> migratórios do "Velho Mundo" ocorridos há dezenas de milhares de anos); a história "deles" voltou a se aproximar da "nossa" há cerca de, apenas, 500 anos (com a chegada dos portugueses); Como todo grupo humano, os povos indígenas têm culturas que resultam da história de relações que se dão entre os próprios homens e entre estes e o meio ambiente; uma história que, no seu caso, foi (e continua sendo) drasticamente alterada pela realidade da colonização; a divisão territorial em países (Brasil, Venezuela, Bolívia etc.) não coincide necessariamente, com a ocupação indígena do espaço; em muitos casos, os povos que hoje vivem em uma região de fronteiras internacionais já ocupavam essa área antes da criação das divisões entre os países; é por isso que faz mais sentido dizer povos indígenas no Brasil do que do Brasil (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL).

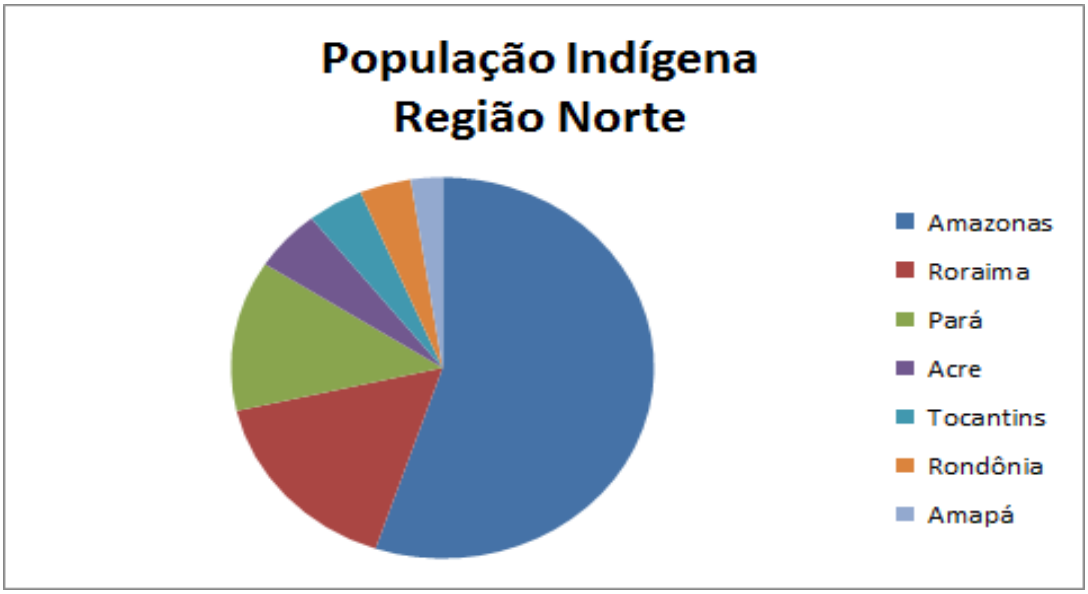
De acordo com dados relacionados a seguir, fornecidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio) através do IBGE de 2010, destaca-se a distribuição do número da população indígena por regiões do Brasil, o número de etnias da região Norte e a distribuição das terras indígenas.

Figura 1 – Distribuição da população indígena



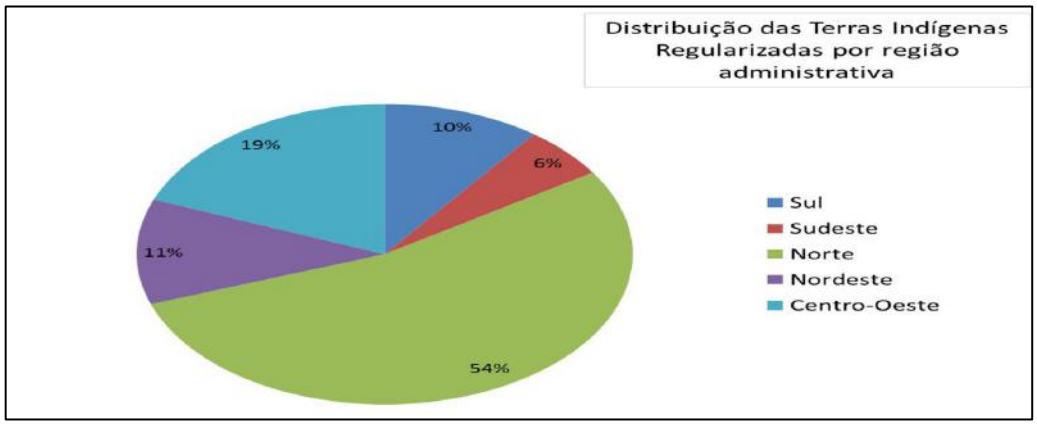
Fonte: Funai, 2014

Figura 2 – População Indígena da Região Norte



Fonte: Funai, 2014

Figura 3 – Distribuição das Terras Indígenas



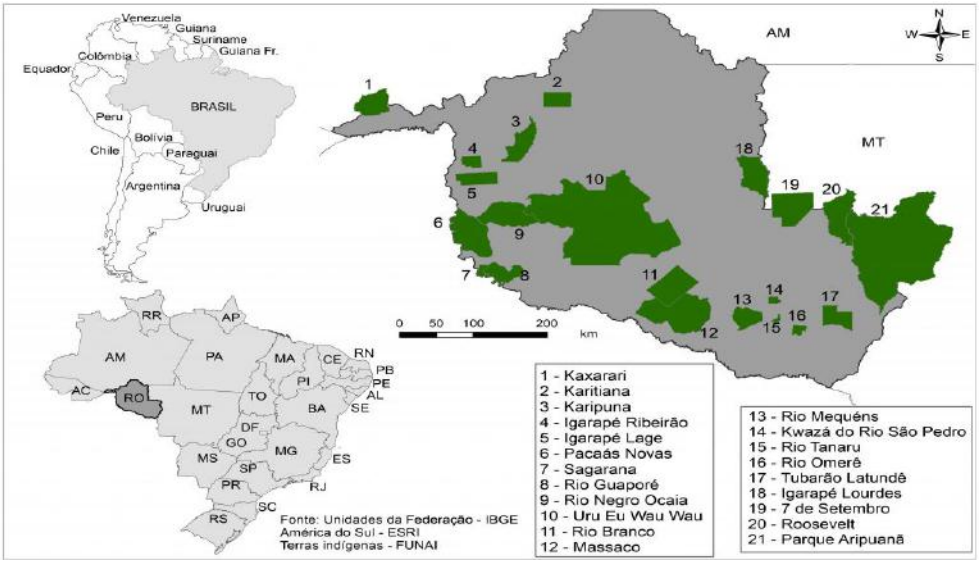
Fonte: Funai, 2014

POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Ainda no início da formação do estado de Rondônia, as mudanças foram surpreendentes, até mesmo para o homem branco. Ao final do século XIX, até a década de 20, com a exploração da borracha, a construção da Estada de Ferro Madeira Mamoré e a instalação das linhas telegráficas por Rondon, a imigração com destino à Rondônia foi imensa, com efeito imediato sobre a população indígena, composta por sangrentos confrontos e incontáveis óbitos (MINDLIN, 1985). Atualmente, Rondônia é um estado com grande diversidade de povos indígenas. Existem diversos órgãos que foram criados para tratar as "questões indígenas": um dos últimos foi a COPIR (Coordenadoria dos Povos Indígenas de Rondônia), ligada a SEDAM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental), objetivando atender às demandas dos povos indígenas na participação, discussão, elaboração e implementação de Políticas Públicas voltadas para estes. O órgão auxilia na defesa dos territórios, valores culturais, tradições, hábitos e costumes (KANINDÉ, 2018).

Atualmente o estado de Rondônia abriga em toda sua extensão territorial cinquenta e duas (52) etnias, que falam vinte e três (23) línguas distintas. Embora a população indígena não seja uma das maiores dos estados brasileiros, Rondônia é um dos estados com maior diversidade étnica e cultural do país.

Figura 4 – Mapa das Terras Indígenas de Rondônia



Fonte: disponível em <http://www.projetomemoriasindigenasro.unir.br/galeria/exibir/278>. Acesso: em 30 jun.de 2019.

A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Após dez anos de promulgação da constituição do Brasil (1988), percebeu-se uma real afirmação dos direitos dos povos indígenas e uma possível educação diferenciada de qualidade assegurada em lei. Desde então, tem-se assegurada a existência do indígena e sua cultura como qualquer outro cidadão de direito (GRUPIONI, 2002).

Por conseguinte, ficou estabelecido que,

> Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (GRUPIONI, 2002, p. 9).

As leis subsequentes à constituição que tratam da educação, a exemplo da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9.394, de dezembro de 1996, e o PNE (Plano Nacional de Educação) n. 13.005, de 25 de junho de 2014, garantem o direito dos povos indígenas (GRUPIONI, 2002).

Quadro 1- Base Legal para a Educação Escolar Indígena

Constituição Federal de 1998	Rompe radicalmente com os preceitos vigentes de integração/incorporação dos indígenas à sociedade não indígena; garante aos povos indígenas o direito à diferença e à autonomia; estabelece como dever do estado proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas, tanto os de natureza material (terra, riquezas naturais, patrimônio e integridade física), como os de natureza imaterial (valores culturais e morais), garantindo esses direitos; garante educação diferenciada e de qualidade; estabelece um novo quadro jurídico em relação aos povos indígenas
Decreto n. 26/1991	Retira da FUNAI a incumbência de conduzir a educação escolar indígena junto às populações indígenas com exclusividade; atribui ao Ministério da Educação (MEC) a competência de coordenar as ações referentes à educação escolar indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino; delega a sua execução aos estados e municípios
Portaria Interministerial nº 559/1991	Preconiza uma educação escolar indígena de qualidade, diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais; garante que os e as indígenas tenham acesso ao conhecimento e domínio dos códigos da sociedade nacional; ensino bilíngue nas línguas materna e oficial do país, preferencialmente que os materiais didáticos sejam elaborados pela própria comunidade indígena; atendendo os interesses de cada grupo indígena em particular; reafirma os princípios constitucionais quanto aos direitos indígenas, com a mudança de paradigma na concepção da educação escolar indígena; estabelece as instâncias que cuidarão da implementação destas políticas: uma Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas no MEC e um Comitê assessor dessa instância nos estados; orienta a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEI) pelas Secretarias Estaduais de Educação; define como prioridade a formação e capacitação específica e permanente dos professores e das professoras indígenas e do pessoal técnico que irá atuar com a questão.

Lei 9394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação.	Coerente com a afirmação do princípio de reconhecimento da diversidade cultural; defende o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas no ensino escolar nacional; assegura às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem; define que à União compete desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, bem como o apoio técnico e financeiro dos demais sistemas de ensino, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas
Portaria nº 60/1992	Reafirma os princípios constitucionais quanto aos direitos indígenas, com a mudança de paradigma na concepção da educação escolar indígena; estabelece as instâncias que cuidarão da implementação destas políticas: uma Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas no MEC e um Comitê assessor dessa instância nos estados; orienta a criação dos NEI pelas Secretarias Estaduais de Educação.
Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1993	Garante e regulamenta o direito a uma educação escolar indígena, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada.
Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998	Reconhece os novos fundamentos da educação escolar indígena, que devem se reportar as organizações escolares nas aldeias: multietnicidade, pluralidade e diversidade, educação e conhecimento indígenas, autodeterminação; comunidade educativa indígena e educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada; propõe a explicitar os marcos comuns que distinguem escolas indígenas de escolas não-indígenas; reflete as novas intenções educativas que devem orientar as políticas públicas educacionais para as escolas indígenas brasileiras; apresenta ideias básicas e sugestões de trabalho para as escolas indígenas, com uma função formativa e não normativa; contém princípios e fundamentos gerais de ensino para as várias áreas de estudos presentes no ensino fundamental, visando fornecer subsídios para prática pedagógica de professores e de professoras indígenas e não indígenas.
Resolução CNE/CEB nº 3/1999	Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; responsabiliza o sistema estadual de ensino pela oferta de educação escolar indígena, podendo acontecer em regime de colaboração entre o estado e municípios e por iniciativa da comunidade indígena interessada, ou com anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação; cria a categoria oficial de escola indígena, estabelecendo sua estrutura e funcionamento, bem como sua estadualização, salvo se o município tiver seu próprio sistema de ensino; reafirma os princípios já garantidos nas diversas legislações; regulamenta a categoria de professor e professora indígena, como carreira específica do magistério, com concurso diferenciado, garantindo a preferência ao professor da mesma etnia de seus alunos; garante a formação diferenciada em cursos específicos, bem como sua formação em serviço e/ou concomitantemente com a sua própria escolarização.
Parecer CNE/CEB nº 14/1999	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena; traz como fundamental que os profissionais das escolas indígenas pertençam as suas respectivas sociedades e que, como protagonistas e sujeitos históricos, os professores e professoras indígenas possam transformar a escola indígena em um espaço para o exercício da interculturalidade sem desvalorizar sua cultura.
Diretrizes para Implantação de Programas de Formação de Professores Indígenas nos sistemas Estaduais de Ensino de 2000	Orienta os sistemas estaduais, aos quais compete o provimento das escolas indígenas em relação aos recursos humanos, materiais e financeiros para o pleno funcionamento dessas escolas.

Lei 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE)	Apresenta os objetivos, as normas e as metas para a educação escolar indígena, repetindo os mesmos princípios já estabelecidos pela Constituição Federal de 1988; fortalece e garante a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento das experiências na construção de uma educação diferenciada e de qualidade em curso nas áreas indígenas.
Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena (2002)	Propicia o estabelecimento de vínculos com as práticas locais; planejado para ser realizado em um contexto de formação de profissionais da educação.
Lei 11.645/2008	Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"
Decreto 6861/2009	Formaliza a educação escolar indígena diferenciada; estabelece os parâmetros de funcionamento da educação escolar indígena; reafirma os compromissos dos documentos anteriormente apresentados, especialmente a Resolução nº 3 de 1999, criando os territórios etnoeducacionais; apresenta os objetivos da educação escolar indígena.
Lei nº 12.711/2012	Em seu Art. 6º, dispõe sobre ações afirmativas para afrodescendentes e indígenas.
Decreto 7747 de 05 de junho de 2012	Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (Art. 4, VII, Eixo 7).
Resolução CEB/CNE n. 05/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Art. 14, parágrafos 3º. e 6º).
Portaria do Ministério da Educação MEC Nº 389, de 9 de maio de 2013	Cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência para estudantes de graduação ingressantes em universidades e institutos federais.
Portaria do Ministério da Educação GM/MEC nº 1.062, de 30 de outubro de 2013	Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE, que consiste em um conjunto articulado de ações de apoios técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino, para a organização e fortalecimento da educação escolar indígena, conforme disposto no Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos autores: Brito (2012); Soratto, 2007; Paes (2002); Batista (2005), Bergamaschi (2005); e Rossato (2002)

Diversos estudos relacionados à legislação indígena demonstram inúmeras transformações jurídicas no que se refere aos direitos dos povos indígenas do Brasil, comprovando a inexistência de registros de códigos e normas da sua cultura. A partir de então, muitas etnias estão iniciando seus registros com uso da escrita, a exemplo dos Paiter Suruí. Essa iniciativa contribuirá para a preservação da cultura daquele povo, e para fins de acompanhamento das mudanças que ocorrerão ao longo dos anos. O conhecimento e empoderamento frente à legislação indígena brasileira vem sendo estudado nas salas de aula da Universidade em questão, tendo como objetivo principal a valorização e o respeito pela cultura indígena.

ESCOLA INDÍGENA

Segundo Brandão (1995), a educação entre os povos indígenas remonta aos primórdios da história humana. Era nas rodas de conversas, junto aos mais velhos, que o processo ensino-aprendizagem acontecia. A memória dos anciãos sempre foi fonte de muito conhecimento, garantindo aos jovens alunos a perpetuação da identidade dos povos. O ensino/aprendizagem na educação dos povos indígenas era transmitido por meio das atividades práticas do cotidiano de cada aldeia: a caça, a pesca e o uso e manuseio do arco e flecha, seja para adquirir alimentos ou para sua proteção. As meninas índias aprendiam com as mães e avós, desde muito cedo, a prática da coleta de frutos, a realizar as tarefas domésticas, a confecção de artesanatos e os cuidados com os irmãos menores. Tais tarefas lhes garantiam habilidades

indispensáveis para serem ótimas donas de casa, boas esposas e, consequentemente, excelentes mães. Nas comunidades não havia docentes detentores do saber: a aldeia e o aprendizado eram compartilhados por todos durante todo o tempo.

> Sob o regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos os anciãos e pelo conjunto das gerações anteriores (BRANDÃO, 1995, p. 18).

No decorrer do tempo, a escola indígena passou por diversas transformações. A partir da colonização do continente, novos moldes de educação foram, aos poucos, determinados aos povos indígenas. Em 1967, foi criada a FUNAI, que posteriormente assumiu a educação indígena. Compartilhando das preocupações anteriores quanto a diversidade cultural, a FUNAI avançou no sentido de capacitar docentes indígenas para exercerem funções educacionais nas comunidades (FUNAI, 2018).

No ano de 1980, houve muitas conquistas no campo da educação destinada aos povos indígenas. Juntamente com grupos não governamentais, organizaram-se em movimentos reivindicatórios tendo a educação como principal pauta. O resultado desses movimentos realizados nos anos 80 foi o surgimento da Coordenação Nacional da Educação Indígena, com o compromisso de novas diretrizes mais eficazes, se responsabilizando em fiscalizar e avaliar as ações já determinadas pelos órgãos governamentais voltadas à educação do índio (SOUZA, 2014).

Souza (2014) afirma que a educação indígena passou por diversas modificações ao longo da sua história, tendo como principais protagonistas os próprios povos indígenas, que através de diversos movimentos, em âmbito nacional, reivindicaram políticas públicas que contemplassem suas necessidades educacionais e o fortalecimento de suas conquistas territoriais. Ao longo deste trabalho, enfatizaremos a cultura dos povos indígenas do Brasil, incluindo suas importantes línguas maternas e como se deu o processo de alfabetização ao longo da sua história.

> Por ser a LDB o instrumento jurídico mais importante da educação brasileira, vale destacar alguns dos seus aspectos relativos à educação escolar indígena, o que reafirma, em suma, a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas, garantindo a eles uma educação pautada no respeito a seus valores, no direito à preservação de suas identidades e na garantia de acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional (Art. 78). Além disso, atribui à União o encargo do apoio técnico e financeiro a estados e a municípios para o desenvolvimento de ações no campo da educação escolar indígena, com a garantia de incorporação de "currículos e programas específicos" e a publicação sistemática de "material didático específico e diferenciado (Art. 79) (LUCIANO, 2006, p. 154).

Antes do contato com o homem branco, os povos indígenas viviam como nômades, mudando constantemente a cada 2 a 3 anos, utilizando-se de ferramentas próprias destinadas a caça, pesca, construções e defesa, concomitante a época em que ainda estavam aprendendo a dominar o plantio de alimentos. Não havia escolas tradicionais, os ensinamentos eram transmitidos através dos anciãos para os jovens e crianças. Não havia membros diplomados, o conhecimento era transmitido através das atividades do dia a dia de cada povo (TUPARI, 2015).

Não diferente do povo Tupari, a etnia Gavião tinha como objetivo ensinar a produzir arcos, flechas e braceletes de pena, dentre outros objetos, além de ferramentas e armas utilizados por eles, tendo como principal ensinamento o respeito a natureza e o meio ambiente. A coincidência não para por aí: sua cultura também sofreu grandes mudanças depois do

contato de seu povo com o homem branco (GAVIÃO, 2015).

> É lamentável ver alguém da comunidade que durante sua vida toda contribui na construção da educação do seu povo sozinho no Bekáh, guardando no seu interior a mais profunda sabedoria milenar que carregou em sua mente, e que ninguém é capaz de tirá-la o seu conhecimento, que não está sendo valorizado pela população (GAVIÃO, 2015, p. 39).

Tupari (2015) afirma que, na sua aldeia, as primeiras escolas foram implantadas no ano de 1549, as quais eram administradas ainda pelos jesuítas que vieram na caravana de D. João II de Portugal. Porém, somente em 1970 passaram a ter conhecimentos sobre a escrita, quando alguns indígenas decidiram colocar seus filhos na escola na fazenda Bom Jardim, nas proximidades do rio Guaporé. Depois da demarcação das terras, a educação formal se expandiu pelas aldeias indígenas, o que levou a FUNAI, na década de 80, a iniciar o processo de criação de escolas em aldeias, processo este que contribuiu para o primeiro contato com a educação formal dos índios Tupari.

A primeira ideia de construir uma escola na Aldeia Colorado ocorreu quando o líder Abdias Tupari viu a necessidade de alfabetizar sua comunidade, pois as duas escolas que existiam em outras aldeias eram muito longe para que seus filhos e netos pudessem frequentá-las. As crianças demonstravam interesse em aprender a ler e escrever, conhecer a língua portuguesa e a matemática. No entanto, eram impedidas pela distância, pela falta de transporte e pelas as estradas, que ficavam em péssimas condições e intransitáveis no período chuvoso. Diante deste problema, Abdias convocou uma reunião com toda a comunidade e representação indígena da FUNAI para tratar do assunto e da necessidade do seu povo aprender a matemática do homem branco, possibilitando, assim, melhor controle de seus processos administrativos (produto, compra e venda). Assim, em 1922 foi aprovada a criação e funcionamento da escola que recebeu o nome de "Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Hapbitt Tupari", validada no ano de 2002. O primeiro docente da escola era de origem indígena, membro da tribo Tupari. Contudo, ele não recebeu nenhum tipo de apoio pedagógico por parte da FUNAI para a árdua missão de lecionar, sendo em seguida substituído por Isaias Tupari, também indígena. No ano de 1996, foram contratadas professoras não indígenas para lecionar em algumas escolas indígenas; assim, a educação formal (não indígenas) começou a ganhar espaço, promovendo a alfabetização daquele povo (TUPARI, 2015).

Educação escolar indígena é um meio de complementar os conhecimentos tradicionais que os índios adquiriram ao longo dos anos por meio dos ensinamentos dos mais velhos, possibilitando que os alunos índios tenham acesso aos códigos escolares (escrita e leitura) não indígenas, tornando-os cidadãos mais conscientes e capazes de lutar por seus direitos (KARITIANA, 2015).

> [...] hoje nossos filhos estão estudando no colégio do homem branco, é no papel, escrevendo no papel, mas eles não estão lembrando de fazer suas flechas, seus arcos, seus cocares, eles não estão lembrando de nada. Antes o ensino tradicional era através da oralidade, hoje o ensino é feito através da escrita, pois isso facilita aos alunos se comunicarem através do português com a sociedade envolvente. Assim o estudo é importante para adquirir os conhecimentos dos seus direitos e poder defender sua terra, impedindo que as riquezas naturais sejam exploradas por não indígenas. Sem esse conhecimento não é possível interagir e defender a sua identidade cultural. Não entregue sua riqueza para o homem branco. Coloque seu filho na escola do conhecimento do povo (GAVIÃO, 2015, p. 28-29).

Gavião (2015) acredita que a educação tradicional tem que ser integrada ao currículo indígena, pois esta seria a maneira mais adequada de aprendizagem da língua do branco.

> Aprendi que é possível e importante registrar e preservar a identidade cultural de um povo, mesmo porque os mais velhos, ou seja, os sabedores indígenas, estão ficando poucos, e os mais novos que herdaram as histórias milenares do povo já não tem tempo para estar repassando para as novas gerações (GAVIÃO, 2015, p.39)

No entendimento de Karitiana (2015b, p. 1), a escola que foi implantada em sua aldeia não atende às reivindicações realizadas pelos movimentos indígenas, hoje asseguradas na legislação federal, pois o modelo que a SEDUC (Secretaria de Educação do Estado de Rondônia) inseriu não garante uma escola autônoma, diferenciada, bilíngue e intercultural, prevista pela legislação brasileira.

As escolas implantadas nas aldeias têm sido um meio de reduzir as desigualdades entre as etnias, possibilitando a garantia de conquista e manutenção dos direitos dos povos indígenas, por meio de um importante diálogo realizado entre diferentes culturas advindas dos inúmeros grupos sociais da região (KARITINA, 2015).

ALFABETIZAÇÃO

Anteriormente ao delicado contato com o homem branco, os povos indígenas não dispunham de recursos para registrar sua história por meio da escrita. A partir do desenvolvimento de projetos de educação escolar voltados aos povos indígenas, a situação mudou radicalmente.

Ladeira (1981, p.171) destaca o uso da língua indígena na alfabetização do indígena como um importante recurso no processo de revitalização da própria cultura.

> A justificativa da alfabetização na língua indígena como um mecanismo significativo de reforço e coesão étnica, de valorização da cultura indígena, repousa nas afirmações do tipo: "é importante para o índio ver que sua língua vale tanto quanto a do branco" ou a "língua indígena escrita está mais próxima da estrutura do pensamento indígena, e assim é capaz de melhor reproduzir os mitos, a sua cultura" (LADEIRA, 1981, p. 171).

O processo de alfabetização do povo Gavião realizado pelo homem branco ocorreu por meio do contato com missionários pertencentes ao movimento MNTB (Missão Novas Tribos do Brasil), os quais ensinaram as primeiras letras do alfabeto, apresentando a língua portuguesa, com apoio dos líderes daquela etnia.

> Foi com os missionários que conheci as primeiras letras do alfabeto. Eles nos alfabetizavam na língua materna. Foi o missionário Orestes que definiu, juntamente com as lideranças, a ortografia do povo Gavião (GAVIÃO, 2015, p. 11).

O processo foi um tanto complexo: os indígenas relatavam e registravam de sua maneira; em seguida, apresentavam ao Orestes, que definia a ortografia. Após algum tempo, uma professora indígena da aldeia Igarapé, identificada apenas como Lourdes, foi enviada para a escola da aldeia, a qual foi responsável pela alfabetização dos indígenas (leitura e escrita). Como a professora não conhecia a língua dos discentes, surgiram grandes dificuldades de compreensão entre professora e alunos, comprometendo o processo ensino-aprendizagem, quase sempre necessitando de um aluno que compreendesse a língua portuguesa para que houvesse o diálogo entre ambos (GAVIÃO, 2015).

Na aldeia Tupari, a alfabetização de alguns indígenas teve início nos anos de 1982 e 1983, quando foram trabalhar com os não indígenas na demarcação de territórios. Nessa ocasião, os soldados do exército de Brasília ensinaram regras da escrita da língua portuguesa (vogais, consoantes, sílabas, formação de frases, pequenos textos, números e leitura). Após a partida dos soldados, muitas dúvidas ainda pairavam na cabeça dos indígenas, que não

tinham nenhum outro professor para dar sequência a este processo ensino-ensinamento (TUPARI, 2015).

> No ano de 1992, surge no Estado de Rondônia a ONG - Organização não Governamental - com o nome de IAMÁ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente). Ela tinha o objetivo de formar, capacitar os indígenas, para eles (as) atuarem na área da educação e na saúde dentro da própria aldeia. No entanto, fui nesta ocasião que o cacique da comunidade, saudoso Brasilino Abiroí Tupari, me indicou, para estudar na área da educação. Como naquela época, ainda não havia ninguém que tivesse vontade de encarar o desafio, eu fui nomeado para esta função (TUPARI, 2015 p. 15).

Karitiana (2015) relata que o primeiro contato com a escola foi em 1983, na própria aldeia Karitiana, em uma escola onde estudavam juntos adultos e crianças, não se esquecendo que a professora era "branca" e muito brava, gritava com os alunos, batia com a régua em suas mãos, puxava orelha e os colocava de castigo quando cometiam algum erro. Esses alunos nunca conseguiam passar de ano. Em consequência desses fatos, os alunos se recusavam a ir à escola. Em 1994, foi oferecido um "provão" na capital do estado, Porto Velho, mais precisamente na escola Padre Moretti, em que alguns índios puderam concluir o ensino de 1ª a 4ª série, passando, já no ano seguinte, a exercer a função de professor alfabetizador das escolas da aldeia.

A prática do antigo ensino exercida nas escolas das aldeias era rígido e muito ruim, haja vista que as punições e castigos impostos pelos professores aos alunos gerava grande revolta. O modelo educacional implantado nas aldeias era diferente daquele realizado na sociedade moderna. No âmbito familiar, ensinavam-se os costumes, a língua materna, as tradicionais brincadeiras, caça, pesca e valorização da cultura, não havendo nenhum tipo de punições nesta forma de educar, fato que possibilitava transformar sonho em realidade sem degradar a cultura local (SURUÍ, 2015).

Em 2009, foi lançado no estado de Rondônia o vestibular para professores indígenas, possibilitando aos aprovados o acesso ao nível superior ofertado pela UNIR (Universidade Federal de Rondônia). Este foi mais um grande avanço para os indígenas do Estado de Rondônia, e que consequentemente trouxe grandes melhorias na qualidade do ensino realizado nas aldeias (TUPARI, 2015).

O processo seletivo teve a participação de 150 professores indígenas residentes em aldeias do estado de Rondônia, que concorreram a 50 vagas. As aulas iniciaram no mês de novembro do mesmo ano com o curso Licenciatura em Educação Básica Intercultural, ofertado no Campus da Unir de Ji-Paraná, ministradas de segunda a sexta-feira (KARITIANA, 2015).

Anos depois, em 1998, houve o lançamento do projeto Açaí, um curso de duração de cinco anos, com realização de encontros duas vezes por ano. O primeiro ocorreu na cidade de Guajará-Mirim, e em seguida foi realizado em outras cidades com existência de indígenas. Cada etapa do curso tinha em média 45 dias, contando com professores índios que haviam estudado somente até a 4ª série e outros até a 8ª série (KARITIANA, 2015b).

Segundo Joaton Suruí (2015b, p. 6),

> No Açaí, a formação era mais voltada para os saberes indígenas. Mas o meu trabalho na escola da minha aldeia era orientado para ser realizada na perspectiva do não indígena. Com isso fui percebendo que a escola não valorizava o conhecimento indígena. Aos poucos fui aprendendo que era preciso introduzir os saberes indígenas na educação escolar da minha comunidade. Reconheço também que a minha formação acadêmica no Açaí possibilitou que eu aprendesse a expor, explicar, perguntar e liderar as diversas questões que envolvem a luta em defesa do nosso povo.

A educação dos povos indígenas ocorre de acordo com o processo tradicional de

ensino-aprendizagem, oportunizando a aquisição de saberes exclusivos de cada etnia, fazendo uso da metodologia da oralidade e fortalecendo o diálogo entre os povos. Usa-se também os mitos e rituais praticados por cada tribo. A própria Constituição Federal de 1988 reconhece a importância de se trabalhar a educação bilíngue, possibilitando que as escolas trabalhem um ensinamento que preserve a cultura de cada povo (KARITIANA, 2015).

Os professores da etnia Suruí têm utilizado o lúdico como principal metodologia do ensino-aprendizagem, com prática de jogos, cruzadinhas, mímicas, bingos, etc. Afirmam que têm alcançado resultados muitos positivos com essa forma de trabalho, tornando o tempo em sala mais proveitoso e agradável (SURUÍ, 2015a).

O regime de trabalho dos professores indígenas dá-se por meio de contrato temporário em regime emergencial com carga horária de 40 horas semanais. Até o ano de 2014 não havia sido realizado nenhum concurso no estado de Rondônia destinado a professores de nacionalidade indígena (SURUÍ, 2015b).

Constata-se que a alfabetização na aldeia Karitiana tem sido falha, e um dos motivos é que os livros didáticos não chegam a tempo para serem trabalhados dentro do ano letivo, comprometendo seriamente a qualidade do ensino. Na escola em questão, a alfabetização é trabalhada na língua materna (primeira língua), seguida da língua portuguesa (segunda língua) - uma forma de valorizar a língua mãe. Este grupo indígena considera a língua portuguesa tão importante quanto a língua materna, pois através dela podem reivindicar seus direitos em reuniões realizadas com os governos (KARITIANA, 2015).

Houve considerável mudança na forma de pensar por parte dos alunos: como discentes no ensino superior, eles cultivam a esperança de que após a formação conseguirão um emprego formal, ainda que fora dos limites de suas terras. Acreditam que, uma vez formados, estão aptos a defender sua comunidade, lutar por seus direitos, garantindo o respeito da língua materna e sua cultura valorizada tanto quanto a dos "brancos". Tem sido muito comum as famílias indígenas incentivarem seus filhos a estudarem, visando o empoderamento intelectual (KARITIANA, 2015a).

Definir em qual língua será trabalhada a alfabetização com os indígenas tem sido um problema constante, considerando que isto exige a análise da situação linguística e das necessidades existentes a partir do tipo de contato vivenciado e do grau de aculturação de cada grupo, considerando ainda o direito da participação da comunidade indígena no processo dessa escolha.

LÍNGUAS

Apesar da extinção de diversas línguas indígenas ao longo do doloroso processo de colonização, os povos indígenas do território brasileiro fomentam a conversação, ainda falando mais de 180 línguas nativas. A importância da linguagem para os povos indígenas vai além da sobrevivência cultural: é, também, uma importante ferramenta na busca do conhecimento e desenvolvimento junto à sociedade moderna (LUCIANO, 2016).

> O pensamento é único e universal, mas esta universalidade é expressa de maneiras distintas e específicas em cada língua. As categorias lógicas de pensamento, tempo e espaço, de quantidade e qualidade, de causa e efeito expressam-se nas categorias gramaticais de maneira distinta em cada língua humana. Segundo pesquisadores e estudiosos da área da linguística, existiam no Brasil em 1500 entre 1.200 a 1.500 línguas indígenas, quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, no atual estado da Bahia. Destas, somente 180 ainda são faladas hoje e delas mais de 40 estão ameaçadas de extinção em curto prazo por número reduzido de falantes, baixa transmissão às novas gerações e poucos velhos que as dominam. Apesar da drástica redução das línguas indígenas faladas no Brasil, as 180 sobreviventes

> representam uma enorme riqueza cultural do país, na medida em que correspondem a 75% de todas as que são faladas no Brasil. É necessário firmar que 18% (30) das línguas indígenas brasileiras também são faladas nos países vizinhos. Os linguistas classificam as atuais línguas indígenas faladas no Brasil por meio de troncos, famílias, línguas e dialetos (LUCIANO, 2006, p. 117).

Diante dessa afirmação, destaca-se as línguas utilizadas pelos povos indígenas de Rondônia, associada à sua diversidade linguística. A língua materna da aldeia Gavião se chama "Língua Gavião", aprendendo posteriormente a falar também o português. Não é incomum que povos indígenas sejam ainda discriminados pela sociedade branca por falar sua língua de origem, com seus costumes, hábitos e rituais de natureza religiosa. "Muitas vezes a prática da utilização da cultura e da língua materna era reprimida por parte da sociedade ocidental, dizendo que a língua falada pelo povo era uma gíria, sem valor na utilidade social e comercial" (TUPARI, 2015, p. 37).

Segundo Garixama Suruí (2015a, p. 2), a língua Paiter Suruí,

> [...] possui caraterísticas fonéticas que são peculiares da escrita e da fala dos Paiter Suruí do Estado de Rondônia. Essas características não estão presentes em outros falantes do tronco tupi mondé. Portanto, a língua Paiter Suruí possui diferenças que só dominam os linguistas da oralidade Paiter. [...] Enquanto os alunos refletem sobre os segmentos sonoros (silábicos) iniciais das palavras, também são estimulados a refletir sobre a sua forma escrita. O professor, que é o mediador da situação de jogo, pode, utilizando as cartelas, chamar a atenção para esse aspecto, fazendo, inclusive, atividades no quadro, após o jogo, refletindo sobre essas semelhanças.

A língua Paiter Suruí é composta por características fonéticas próprias desta etnia, falada penas pelos Paiter Suruís que habitam o estado de Rondônia. Tais peculiaridades não são encontradas nas falas do tronco Tupi Mondé, características estas que somente são dominadas pelos linguistas da oralidade Paiter (SURUI, 2015).

Na aldeia Kyõwã, a língua falada pelos indígenas é a Karitiana, originária da família Arikém, uma língua exclusiva daquela etnia, não sendo também falada por nenhuma outra etnia do país (KARITIANA, 2015). O autor demonstra sua preocupação também com a língua escrita:

> Agora, a escrita da nossa língua precisa ser pensada com cuidado, discutindo-se muito bem o processo de normatização. Para nós, a escrita na língua Arikém precisa de ajuda e contribuição de linguistas que queiram nos ajudar neste processo. Consideramos que é uma questão importante também para o processo de educação escolar do nosso povo. Considerando que geralmente essa atitude surge no início dos processos de educação escolar, acreditamos que é uma necessidade urgente que temos de ensinar também a ler e a escrever em Arikém. As experiências que temos em andamento têm demonstrado que é importante a normatização da nossa língua para o fortalecimento da identidade cultural do nosso povo (KARITIANA, 2015, p.27).

Segundo Suruí (2015), "a educação do colonizador não serve para consolidar a educação indígena, e vice-versa; por isso, as etnias indígenas buscam construir seu próprio mecanismo educativo, com base em sua cultura e identidade". Os Suruís de Rondônia falam uma língua do grupo Tupi e da família linguística Mondé, também chamada de língua Paiter Suruí, e que tem como objetivo proteger sua identidade.

Nos deparamos aqui com uma forte afirmação do membro e pesquisador da etnia Suruí. No entendimento dele, ambos os modelos são inadequados para alfabetizar na cultura alheia, sugerindo que o indígena desenvolva seu próprio modelo de educação. Partindo desse

pressuposto, fica claro que a legislação vigente, inclusive a LDB, parece ser uma excelente ferramenta à disposição do povo Suruí.

Os indígenas Kurupfü são chamados de "Djeoromitxi", termo que em português significa buriti, uma etnia que quase se extinguiu em consequência dos casamentos entre membros das tribos Djeoromitxi e kurupfü, potencializado por doenças epidêmicas que ceifaram a vida de muitos desses índios que tinham como língua e cultura a *Djeoromitxi.* Grande parte desta população fala o Djeoromitxi e o português, cada um com suas competências e limitações na prática de ambas as línguas (DJEOROMITXI, 2015).

DISCUSSÃO

Ao longo da análise do referencial teórico deste trabalho, notou-se claramente que os primeiros conhecimentos indígenas foram transmitidos desde muito cedo, através da prática do diálogo e do convívio dos mais jovens com os anciãos das tribos, os sábios e líderes de cada povo, numa harmoniosa prática de ensino em que a cultura era o cerne da questão.

Todo grupo indígena tem sua cultura permeada por costumes, sua língua, hábitos e prática religiosa. Isso os tornam únicos no universo, merecedores do respeito e de valorização enquanto seres humanos. O desmatamento, a mineração, a usurpação de território e o preconceito de racismo ainda são os grandes problemas dos indígenas (D'Ambrósio 2001, p. 22). A cultura de um povo é seu maior bem, sua identidade permeada pelo saber e perpetuada pela existência dos seus membros.

Para Santos e Donizeti (2011), o conhecimento é algo que se constrói dentro de uma determinada comunidade por meio da pulsão do prazer e das lutas pela sobrevivência, e desenvolve-se através de técnicas, dos comportamentos individuais e do grupo. Nas últimas décadas, com a inserção das escolas tradicionais nas aldeias e o contato com os não indígenas, a forma de alfabetização ganhou novos rumos: o índio passou a falar duas línguas (materna e portuguesa) e a cada dia mais professores indígenas se formam, assim como professores não indígenas se capacitam frente a questão educacional indígena - importantes fatores que tem contribuídos para ampliar o papel da escola na valorização da cultura de cada etnia.

O conhecimento tradicional e os valores indígenas estão a cada dia mais inseridos na escola indígena e começam a ser valorizados por outras culturas, em especial pelas escolas não indígenas, incluindo as universidades. Essa transformação é fundamental para o desenvolvimento de novos modelos de ensino-aprendizagem (ROSA; SOUZA, 2005).

Os indígenas reconhecem que aprender a ler e a escrever foi de grande contribuição para a comunidade. Essa conquista lhes possibilitou lutar com maior efetividade por seus direitos em meio à sociedade moderna. O comércio, associado ao turismo ocorrido em algumas aldeias, não teria os mesmos efeitos positivos sem o conhecimento da leitura e escrita da língua portuguesa (KARITIANA, 2015; GAVIÃO, 2015).

Karitiana e Suruí (2015) são unânimes em afirmar que o processo de alfabetização vivenciado por seus pais e avós foi um tanto agressivo. Quando as primeiras escolas foram implantadas nas aldeias, havia grande dificuldade na comunicação, os professores brancos não aceitavam que os alunos falassem a língua materna, tornando para eles o ato de aprender ainda mais difícil. Muitos acabavam sofrendo violência física e psicológica por parte dos professores da época. Tais fatos em muito contribuíram para o abandono dos estudos. No entanto, para aqueles que não desistiram, muitas oportunidades surgiram - tais como o projeto Açaí, que possibilitou um curso mais avançado, tornando-os professores capacitados para atuarem nas escolas indígenas.

A importância da escola nas aldeias para o processo de socialização dos indígenas é reconhecida por Grupioni (2006), ao apontar que a escola indígena possui um relevante papel na manutenção e na valorização da cultura do seu povo. Deste modo, não há como pensar

nos indígenas brasileiros sem considerar a questão da instrução escolar nas aldeias. As etnias são formadas por alunos conscientes de sua identidade e conseguem explicitar sua essência na tradicionalidade dos costumes e valorização da sua identidade cultural (NASCIMENTO, 2004).

De acordo com o relatório fornecido pela Associação Paiter Suruí no fórum realizado no ano de 2006, os indígenas demonstraram ter grande desejo de sistematizar seu conhecimento, assim como tem ocorrido com povos indígenas do estado do Acre.

> O povo Paiter Suruí percebe que a escola é o principal instrumento para a revitalização de sua cultura e a apropriação dos conteúdos do currículo nacional. Para isso, precisa investir na qualidade da educação bilíngue oferecida nas escolas das aldeias. É nesses momentos que os professores indígenas sentem dificuldades, pois os etnoconhecimentos Paiter Suruí precisam ser sistematizados e registrados, para que possam ser trabalhados em sala de aula. Também precisam estudar a grafia da própria língua, revisando os registros e evitando distorções linguísticas (PUCCI, 2009, p. 187).

Segundo Tupari (2015), a escola abre caminhos para que os indígenas possam gozar de plenos direitos civis, dentre eles cursar uma universidade pública de qualidade. Com o sucesso do processo de alfabetização, os indígenas passaram a contabilizar seus produtos, a entender conceitos como dignidade, direitos e justiça, aprendendo palavras que não existiam em sua língua materna - como, por exemplo, "dinheiro". Apesar da necessidade de aprender a língua portuguesa, todos concordam que não podem abandonar sua língua materna: ambas precisam conviver de forma harmoniosa e funcional na cultura indígena. Atualmente, com a inserção e conclusão de mais indígenas graduados, inicia-se um período de produção literária em diversas línguas maternas indígenas, algo inédito e que só é possível após todos os últimos anos de aprendizagem com luta e coragem por parte dos indígenas.

Considera-se escola destinada para os povos indígenas aquela que o processo de ensino-aprendizagem seja bilíngue e multilíngue. O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas determina que a tradição, o conhecimento, as crenças, a religião e símbolos sejam considerados e respeitados na sua plenitude (ROSA; SOUZA, 2005).

Grizzi e Silva perceberam que muitos alunos indígenas, ao frequentarem a escola, conseguem copiar as tarefas em forma de textos, mas não conseguem ler ou expressar-se utilizando a própria escrita. Isso, na maioria das vezes, é reflexo da falta de domínio da língua portuguesa, uma vez que alfabetizar não significa apenas a ensinar o aluno a ler e escrever, mas sim torná-lo capaz de expressar-se utilizando os códigos em forma de escrita. O mesmo processo de alfabetização encontra ainda maior dificuldade quando ocorre na língua materna (ROSA; SOUZA, 2005).

CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da realidade histórica desde o contado com o "não índio" até o atual processo de alfabetização inserido nas comunidades indígenas. Observou-se por meio deste estudo que os indígenas, mesmo falando a língua brasileira (português), entendem e desejam que sua cultura seja preservada, pois ela faz parte de sua história de vida, servem de referência para cada etnia e guardam consigo uma sabedoria milenar insubstituível. Para tanto, é preciso que esta cultura seja registrada, preservada e incluída na aprendizagem de todos os alunos deste país. Ainda temos muito a aprender com nossos conterrâneos, aprendizado este que vai muito além do uso das plantas e fontes de alimentos da floresta.

Esta pesquisa buscou registrar, por meio da análise da produção escrita de discentes

indígenas, a importância da preservação e da valorização da cultura de cada etnia, pois todas fazem parte da história do Brasil e, portanto, da história de todos os brasileiros indígenas e não indígenas. Mediante a necessidade da preservação da cultura dos povos indígenas, ainda com inúmeras falhas do atual sistema educacional, no que tange ao reconhecimento e valorização do conhecimento cultural.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Terezinha Aparecida da Silva. **A luta por uma escola indígena em Te'yikue**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco Caarapó/MS. Campo Grande, 2005, 156f.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Nhembo'e: enquanto o encanto permanece! Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre. 2005, 272f.

BRITO, Edson Machado de. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012, 184f.

DJEOROMITXI, André Kodjowoi. **O fortalecimento da língua e cultura Djeoromitxi a partir da formação dos professores.** Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Departamento de Educação Intercultural Campus de Ji-Paraná – RO. Ji-Paraná-RO, 2015.

GAVIÃO, Zacarias. **Bekáh: o lugar da educação tradicional Gavião**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura de Educação Básica Intercultural. Universidade Federal de Rondônia. Ji-Paraná, 2015.

GRIZZI, Dalva Carmelita Sampaio; SILVA, Aracy Lopes da. **A Filosofia e a Pedagogia da Educação Indígena: um Resumo dos debates.** In: Comissão Pró-Índio/SP. **A questão da educação indígena.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena / organização Luís Donisete Benzi Grupioni**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

KANINDÉ - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/povos-indigenas-de-rondonia-se-reunem-para-criar-a-politica-estadual-direcionada-aos-indios-2/. Acesso em jun. de 2019.

KARITIANA, Inácio. **Processos próprios de educação do povo Karitiana.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura de Educação Básica Intercultural) - Universidade Federal de Rondônia. Ji-Paraná, 2015.

KARITIANA, João Batista Kyjengã. **Pensando a escola indígena Karitiana diferenciada.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Básica Intercultural). Ji-Paraná-RO, 2015.

LADEIRA, Maria Elisa. **Sobre a língua da alfabetização indígena. In: Comissão pró-Índio. A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCIANO, Gersem Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Escola Indígena: palco das diferenças**. **Coleção Teses e Dissertações em Educação**. v.2, Campo Grande: UCDB, 2004.

PAES, Maria Helena Rodrigues. **Na fronteira: Os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT, num olhar dos Estudos Culturais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2002, 133f.

PUCCI, Magda Dourado. **A arte oral Paiter Suruí de Rondônia.** Dissertação de Mestrado em (Ciências Sociais) – Antropologia. Pontifica Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2009.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2018. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em 30 jun. de 2019.

ROSSATO, Veronice Lovato. **Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul – "Será o letrao ainda um dos nossos?".** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2002, 185f.

ROSA, Andréia Marques; SOUZA, Claudete Cameschi de. **Educação escolar indígena: um olhar para a "alfabetização bilíngue"**. Artigo de Revisão. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss04_06.pdf. Acesso em: 01 abr. 2019.

SANTOS, Luci. T. M; DONIZETI, Ademir. **Educação Escolar Indígena, matemática e cultura: a abordagem etnomatemática**. Revista Latino-americana de Etnomatemática, 2011.

SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago. **Ainda não sei ler e escrever: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas de Dourados, MS**. Ilma Regina Castro Saramago de Souza – Dourados-MS: UFGD, 2014.

SORATTO, Marinês. **A construção do sentido da escola para os estudantes indígenas do ensino médio da Reserva Francisco Horta Barbosa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, Dourados/MS. 2007, 132f.

SURUI, Garixama. **Processos próprios de alfabetização em Paiter Suruí.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Universidade Federal de Rondônia. Ji-Paraná, 2015.

SURUÍ, Joaton. **Uma proposta de educação escolar indígena diferenciada para o povo Suruí de Rondônia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Básica Intercultural). – Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Ji-Paraná, 2015.

TUPARI, Isaías. **POUO'OROP TOAT, um estudo sobre a educação indígena Tupari**. Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Departamento de Educação Intercultura-Deinter. Campus de Ji-Paraná.

WIECZORKOWKI, Juscinete Rosa Soares. Etnociência: um breve levantamento da produção acadêmica de discentes indígenas do curso de educação intercultural**. Revista Ciências & Ideias, v.9, n.3, p. 153-168, set/dez., 2018.**